

## Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão para o jornalismo

Lidia Marôpo<sup>1</sup>

### Resumo:

Com base em entrevistas com 21 jornalistas portugueses e brasileiros e tomando como referencial teórico as teorias do jornalismo e a sociologia da infância, este artigo discute a escassez da voz das crianças nas notícias. O estatuto minoritário das crianças na sociedade, as rotinas produtivas do jornalismo e as prioridades comerciais dos media são alguns dos obstáculos para promover o ponto de vista infantil no discurso noticioso. Apontamos caminhos para promover esta participação com base no depoimento dos próprios entrevistados, nas boas práticas de alguns veículos de informação e nas sugestões de organizações de defesa dos direitos infantis.

**Palavras-chave:** jornalismo; fontes de informação; crianças

### Abstract:

Based on interviews with 21 Portuguese and Brazilian journalists and taking theories of journalism and childhood sociology as a theoretical framework, this article discusses the lack of children's voice in the news. The minority status of children in society, the news making routines and the business priorities of the media are some of the obstacles to promote children's point of view in the news discourse. We pointed out some ways to promote this participation based on journalists' testimony, good practices of some news media and suggestions from children's rights organizations.

**Keywords:** journalism; news sources; children

Artigo recebido em: 11/09/2015

Aceito em: 07/12/2015

---

<sup>1</sup>Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. É professora adjunta no Departamento de Ciências da Comunicação e da Linguagem da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. E-mail: lidiamaropo@gmail.com.

## Introdução

O sistema mediático mundial é marcado por uma extrema concentração de atores capazes de influenciar a construção simbólica da realidade nos media. Grande parte da população não participa de forma ativa nas narrativas noticiosas sobre o que acontece no mundo, incluindo os temas e acontecimentos que lhes dizem diretamente respeito. É o caso das crianças (aqui incluímos todas as pessoas com idade até 18 anos como define a Convenção sobre os Direitos da Criança), cujo silenciamento limita a gama de histórias que entram no enquadramento noticioso, dificultando também o seu reconhecimento enquanto grupo capaz de contribuir de forma valiosa para o debate social.

Devido ao seu estatuto minoritário e a constrangimentos impostos pelo sistema de produção do jornalismo, é reservada às crianças, frequentemente, uma representação noticiosa restrita a valores-notícia como a morte (vítimas) ou a infração (delinquência), num retrato estereotipado criticado por inúmeros estudos.

Nosso objetivo é refletir sobre a escassez da voz das crianças nas notícias, apontando alguns caminhos para a sua inclusão como fontes de informação. Discutiremos essas questões tomando como base dois campos teóricos complementares para o nosso estudo. Por um lado, as teorias do jornalismo que analisam a relação entre jornalistas e fontes e mais especificamente pesquisas que debatem sobre a presença (ou ausência) do ponto de vista infanto-juvenil nas notícias. Por outro, a sociologia da infância, que identifica as crianças enquanto grupo social minoritário e reivindica direitos para esta parcela da população não apenas de proteção, mas também de participação.

Como trabalho empírico, realizamos entrevistas com 21 jornalistas no Brasil e em Portugal que cobrem regularmente temas relacionados diretamente com crianças e adolescentes ou produzem conteúdos noticiosos destinados a uma audiência infanto-juvenil. Esses depoimentos são fundamentais para compreendermos como os profissionais avaliam as crianças enquanto fonte de informação, as dificuldades que enfrentam para entrevista-las e os caminhos que apontam para promover a voz destas nas notícias.

## Jornalismo, fontes de informação e crianças

Desde o início dos anos 1970 que as teorias do jornalismo têm chamado a atenção para o papel fundamental das fontes de informação no processo de produção das notícias, vistas como um resultado da interação entre jornalistas e fontes.

Santos (2006, p. 75) define a fonte de informação como

[...] a entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeja ações ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realização ou relatar pormenores de um acontecimento.

Na sua abrangente revisão de literatura acerca dos estudos sobre as fontes de informação, Sousa (2000, p. 66) afirma que as “teorias” oscilam entre uma visão que enfatiza a ideia de negociação entre fontes e jornalistas para a construção de sentido no discurso noticioso e uma visão mais pessimista que enfatiza a manipulação da interpretação dos acontecimentos por fontes poderosas, em termos de recursos humanos, materiais e de posicionamento sócio-simbólico. Apesar das diferenças, as duas orientações de investigação consideram que a capacidade de acesso à agenda mediática e de influência sobre o enquadramento das informações não é igualitária entre os vários grupos e organizações sociais.

Diversos estudos clássicos refletem sobre as condições que determinam essa desigualdade. Fontes que ocupam posições institucionais de destaque têm o estatuto de representativas (seja do “povo”, seja de determinados grupos de interesse) ou são consideradas experts desinteressados estão em vantagem no processo de negociação com os profissionais do jornalismo. Estas atendem aos critérios de noticiabilidade e possuem legitimidade aos olhos dos jornalistas, os quais precisam corresponder às expectativas de “imparcialidade”, “balanço” e “objetividade” por meio da divulgação de informações de fontes consideradas credíveis. Além disso, a capacidade para produzir regularmente informação com valor-notícia e para responder rapidamente às necessidades dos veículos noticiosos também seria determinante (MOLOTOCH e LESTER, 1993/1974; GANS, 1979). Em outras palavras, o poder, a credibilidade social e a proximidade favorecem determinadas fontes em detrimento de outras. Apesar dessas limitações, vozes alternativas conseguem se fazer ouvir em determinadas circunstâncias, quando reúnem recursos simbólicos e materiais, produzem informação com interesse noticioso e conectam suas reivindicações com valores reconhecidos socialmente (ANDERSON, 1997; MANNING, 2001; MARÔPO, 2008; ROSA, 2006).

No entanto, muitos grupos sociais não conseguem superar as barreiras impostas pelo sistema de produção noticiosa para se firmarem como atores sociais participativos e capazes de divulgar regularmente os seus pontos de vista sobre assuntos coletivos que lhes dizem respeito. É o caso das crianças, que podem ser definidas como uma categoria social subalternizada em nome de uma perspectiva *adultocêntrica* do desenvolvimento humano (ROSEMBERG *apud* FREITAS, 2004, p. 38). As crianças não possuem capital cultural, ou seja, legitimidade, autoridade e respeitabilidade no campo institucional. Consequentemente, a defesa das suas perspectivas no debate público é quase sempre mediada por adultos.

Desde o início dos anos 90, estudiosos de várias áreas (aglutinados no campo interdisciplinar que ficou internacionalmente conhecido como *Childhood Studies*)

afirmam que a infância não é uma mera fase natural da vida, mas uma construção simbólica de carácter social (PROUT e JAMES, 1990). Neste sentido, a dependência, a inocência e a ausência de razão, frequentemente associadas às crianças, são ideias elaboradas em um determinado momento da história por um certo grupo social e depois usadas para definir como todas as infâncias devem ser (GITTINS, 2007, p. 35). Em consonância com ativistas dos direitos infantis, esses pesquisadores reivindicam que as crianças sejam tratadas como atores sociais e criticam o silenciamento destas e dos seus problemas concretos em abordagens que privilegiam a perspectiva adulta e institucional.

Esta nova maneira de ver as crianças tem como documento de referência a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989), um tratado de direitos humanos com força de lei, recordista de ratificações na ONU. Assim como praticamente todos os países do mundo (com exceção dos EUA e da Somália), Brasil e Portugal ratificaram a CDC e transpuseram os princípios do documento para a sua legislação interna, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso brasileiro, e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens e a Lei Tutelar Educativa, no caso português. A CDC e as leis dos dois países asseguram a todas as pessoas com idade entre 0 e 18 anos não só os direitos a serem protegidas de agressões físicas e psicológicas (direitos de proteção) e de usufruírem de condições favoráveis ao seu desenvolvimento – que incluem uma habitação digna, acesso à educação e a tratamento de saúde (direitos de provisão) –, mas também o de serem ouvidas e terem a sua opinião levada em conta nos assuntos que lhes dizem respeito (direitos de proteção).

Embora possamos afirmar que as primeiras décadas do século XXI trouxeram uma consolidação do discurso dos direitos das crianças, a implementação prática destes ainda é um processo longo e árduo (MONTEIRO, 2002, p. 165). Os direitos de participação<sup>2</sup>, por exemplo, implicariam uma atenção especial ao ponto de vista das crianças nas ações públicas direcionadas a estas e uma maior visibilidade das suas posições, incluindo no discurso noticioso. No entanto, as sociedades continuam a ser organizadas exclusivamente por adultos, conduzidas somente por eles, a partir do seu ponto de vista e em função de seus objetivos e necessidades, num padrão que a organização *Save the Children* chama de adultocentrismo.

Além disso, são frequentes as contestações sobre com que idade e em que circunstâncias as crianças podem ser consideradas competentes para exercerem direitos de participação. Qual a idade adequada para se começar a votar, a dirigir, a combater em guerras ou a ter relações sexuais? A partir de que idade se deve ser imputável legalmente? Para muitas dessas questões a CDC não trouxe respostas claras e persistem discrepâncias entre os países e muita polêmica. O documento não refere, por exemplo, limites e diferenças entre a infância e a adolescência (ao contrário do

<sup>2</sup> Referidos especialmente no artigo 12º e também nos artigos 13º a 16º da Convenção sobre os Direitos da Criança, que garantem o direito à liberdade de expressão, de pensamento e de associação; de ter a sua opinião tomada em consideração e de serem protegidas contra intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência e contra ofensas ilegais à sua honra e reputação.

Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil), passando ao largo de um reconhecimento mais aprofundado do gradual processo de aquisição de competências pelas crianças.

Como reflexo deste contexto que define o estatuto social das crianças e também dos constrangimentos impostos pelo sistema de produção das notícias, diversos estudos apontam uma insuficiente visibilidade do ponto de vista das crianças no discurso noticioso.

Numa análise de telejornais e de uma seleção dos periódicos de maior circulação e prestígio em oito países da América do Sul, Morigi, Rosa e Meurer (2007, p. 47) identificam um reconhecimento das necessidades infantis de assistência e de proteção, mas atestam uma representação passiva das crianças, em detrimento de espaços de expressão da vontade e da ação destas, no que chamam de “cidadania do futuro”.

Com base numa análise da imprensa uruguaia, Muleiro (2006, p. 80) afirma que crianças e adolescentes são objetos de preocupação nas notícias, mas não de consulta. Não são tratados em iguais condições com outras fontes. O problema é também identificado como um reflexo da falta de participação infantil nas instituições sociais, que excluem as crianças de processos políticos sobre temas ligados a elas. Os temas que lhes dizem respeito são debatidos quase que exclusivamente pelos adultos, autoridades, docentes, especialistas em saúde, psicólogos, sociólogos, etc.

A ANDI (antiga Agência de Notícias dos Direitos da Infância), analisando a imprensa brasileira, afirma que as crianças e os adolescentes são citados principalmente no campo das situações e problemas individuais e raramente são ouvidos sobre questões coletivas. “É como se a possibilidade de análise estivesse ao largo da capacidade de reflexão de crianças e jovens” (ANDI, 2003, p. 41-42).

Com base numa análise comparada dos jornais O Globo (Brasil) e Público (Portugal), Marôpo (2011) afirma que as crianças são em geral personagens sobre os quais se fala, enquanto seus pontos de vista aparecem somente em notícias não factuais, que contam com maior tempo de preparação. Predomina uma representação das crianças e jovens como vítimas, recipientes das políticas governamentais ou alvo de cuidados ou de preocupação. Os adultos sobrepõem os seus pontos de vista e as crianças são silenciadas enquanto sujeitos de interesse político e social. Neste sentido, as vozes infanto-juvenis aparecem sobretudo como registros “curiosos”, “simpáticos” ou “coloridos” (MULEIRO, 2006).

Em Portugal, Coelho (2009) afirma que não se reconhece o direito de expressão dos jovens sobre problemas e situações que protagonizam ou que os afetam no discurso noticioso. No mesmo sentido, Ponte e Afonso (2009) afirmam que os direitos de participação estiveram claramente ausentes da agenda das notícias, assim como da agenda pública e política de Portugal no ano de 2005.

Uma ausência reforçada no chamado jornalismo pós-moderno, cujas narrativas



mais celebrativas e emotivas se destacam em detrimento da investigação e da crítica, valorizadas na cobertura noticiosa moderna (HARTLEY, 1998). As crianças ganham proeminência numa perspectiva individual, como alvo de investimento, adoração e ansiedade da família. É o que Ponte (2005) chama de “jornalismo de proximidade”, que promove uma maior aproximação com o leitor através de sugestões para melhor educar e proteger as “nossas” crianças.

A participação das crianças como fonte é pouco expressiva mesmo em notícias a elas direcionadas (CARTER, 2013). Joseph (2007) relembra a extensa cobertura da imprensa indiana (Julho de 2005) sobre *Harry Potter and the Half-Blood Prince*<sup>3</sup>, mais uma obra da série de livros infanto-juvenis de estrondoso sucesso. Poucas crianças foram citadas pelos jornais, as fontes mais presentes vinham do mercado livreiro e nenhuma das críticas à obra teve crianças como autores.

## Metodologia

Para refletir de maneira mais aprofundada sobre as razões desta escassez da voz das crianças e jovens nas notícias, realizamos 21 entrevistas semi-diretivas com jornalistas (11 brasileiros e 10 portugueses) a partir de um roteiro geral que incluía questões sobre o trabalho jornalístico que desenvolvem relacionado a crianças e a formação na área, a opinião sobre o tratamento noticioso das temáticas da infância, o conhecimento sobre o quadro normativo e sugestões para uma melhor cobertura na perspectiva dos direitos infantis.

Selecionamos jornalistas que assinam frequentemente peças sobre temas relacionados diretamente às crianças, são reconhecidos pela sua ligação com a temática, acompanharam casos emblemáticos envolvendo crianças em meios de comunicação considerados de referência nos dois países ou trabalham em veículos ou suplementes destinados a uma audiência infanto-juvenil: Público (3), Diário de Notícias (2), Agência Lusa (2), Jornal de Notícias (1), TVI (1) e revista Visão Júnior (1), em Portugal e O Globo (6), Folha de S. Paulo (2) e TV Globo (3), no Brasil.

As entrevistas foram, na maioria dos casos, realizadas no local de trabalho dos jornalistas; duraram, em média, 45 minutos (com exceção de três que só foram possíveis por email devido às distâncias no Brasil) e foram gravadas e trabalhadas a partir do programa informático de análise de texto Maxqda, que permite criar um sistema de codificação dos depoimentos a partir de categorias de análise temática. Para este artigo analisaremos principalmente a apreciação dos jornalistas sobre a voz das crianças no discurso noticioso. Não identificamos os entrevistados para evitar constrangimentos, já que algumas vezes os jornalistas apontam erros ou limitações dos órgãos de comunicação onde trabalham, da sua própria atuação profissional ou de colegas.

3 Intitulado *Harry Potter e o Enigma do Príncipe* (Brasil) e *Harry Potter e o Príncipe Misterioso* (Portugal).

## O que dizem os jornalistas

Os depoimentos dos jornalistas, sejam portugueses ou brasileiros, demonstram uma percepção de que as crianças e as suas temáticas vêm obtendo cada vez mais espaço noticioso. Expressões como “tema em ascensão” (BR) ou “tema que vende” (PT) aparecem nos depoimentos e confirmam a tendência, apontada por diversos autores (PONTE, 2005; ANDI, 2005), para uma visibilidade mediática crescente de temáticas da infância. Nos dois países, os jornalistas referiram a educação como um tema de destaque. Em Portugal, foram também ressaltados os maus-tratos, a adoção, a pedofilia e, mais recentemente, o *bullying*. No Brasil, os entrevistados referiram a pobreza, a violência, a exploração sexual e o trabalho infantil como temas de grande visibilidade.

No entanto, com base nas afirmações dos profissionais entrevistados, podemos inferir inúmeras limitações contextuais que dificultam um tratamento noticioso que proteja e promova os direitos infantis, incluindo a participação das crianças como fontes nas notícias.

Os jornalistas referem que a legitimação social dos direitos das crianças e adolescentes é recente e insuficiente. Há uma percepção de que as reivindicações em prol deste grupo social não conquistaram o mesmo estatuto que a luta de outras minorias. Perduram ainda hoje visões restritas que reconhecem direitos de proteção e provisão, mas negligenciam direitos de participação.

Os direitos humanos em geral entraram nos media e têm evoluído desde a II Guerra Mundial mas, sobre as crianças, acho que demorou um pouco mais em relação a outras minorias, como negros, depois foram as mulheres; acho que as crianças vieram por último nessa fila (jornalista, PT).

Organizadas em fortes grupos de pressão, as entidades de homossexuais e de negros têm conseguido divulgar suas agendas e mudar comportamentos. Assim é que se vêem programas de televisão sendo obrigados a suprimir ofensas a gays e a negros, por medo de processos movidos por entidades militantes combativas, ao mesmo tempo em que multiplicam manifestações de desrespeito a crianças e jovens (jornalista, BR).

Alguns referiram cursos e treinamentos esporádicos oferecidos por ONGs, instituições de ensino ou governamentais, que os auxiliaram de alguma forma a lidar com os temas da infância. No entanto, sentem falta de contatos mais individualizados e contínuos com fontes especialistas que facilitem um aprendizado prático e inserido na lógica de produção noticiosa. Embora acreditem que o preparo e a sensibilidade dos profissionais têm crescido, os entrevistados afirmam que ainda é bastante incipiente a especialização dos jornalistas nas temáticas infanto-juvenis. Mesmo em áreas de grande visibilidade, como a educação, são raros os profissionais em regime de exclusividade. Essas limitações dificultariam um acompanhamento mais rigoroso

e enquadramentos mais contextualizados, que ficam dependentes de iniciativas individuais dos jornalistas.

Se há pessoas que acompanham uma área lembram-se quando vai sair uma nova lei; por exemplo, saiu a lei da nacionalidade há tanto tempo, vamos fazer um balanço. Quando não há ninguém que acompanhe provavelmente ficamos mais pelo dia-a-dia, pelo acontecimento (jornalista, PT)

Estas deficiências se conjugam com problemas que já referimos anteriormente: a emergência do jornalismo pós-moderno e de proximidade (HARTLEY, 1998; PONTE, 2005), com as limitações das rotinas profissionais dos jornalistas e com as prioridades comerciais dos media. Este cenário favorece as notícias factuais, frequentemente em enquadramentos dramáticos e individualizados, onde as crianças aparecem como objetos de proteção e os adolescentes (em situação de exclusão social) aparecem como ameaças.

Enquadramentos contextualizados no âmbito político, económico e social são menos frequentes e repetidamente se restringem a uma abordagem institucional, como é o caso da cobertura sobre educação, que privilegia uma perspectiva nacional e governamental de investimento para o futuro e onde o ponto de vista dos estudantes só recebe atenção em ocasiões pontuais.

O Globo publicou uma série muito interessante chamada 'vida de estudante', repórteres acompanharam em algumas cidades durante alguns meses estudantes da rede pública e ao final do ano escrevemos matérias contando dificuldades, as coisas boas, o dia-a-dia dos alunos, achei interessante, mas isso não é corriqueiro. Não dá pra ser sempre assim (Jornalista, jornal O Globo).

Apesar deste jornalista demonstrar sensibilidade e uma percepção da necessidade de um enquadramento mais focado nos estudantes, os constrangimentos organizacionais (investimento financeiro e de tempo para deslocações) e profissionais (o governo continua sendo a fonte mais credível numa área de forte institucionalização como a educação) favorecem o que Abrantes (2009, p. 115) chamou de enquadramento das crianças como recipientes passivos das políticas públicas, em detrimento de uma maior participação enquanto sujeitos do processo educativo.

Esta dificuldade do discurso noticioso em promover o ponto de vista das crianças e, conseqüentemente, uma percepção social destas como sujeitos ativos, parece ser ainda mais contundente em outros temas, como a adoção, por exemplo. Como refere uma jornalista portuguesa, a temática da adoção só conseguiu destaque noticioso quando se falou da imensa lista de candidatos a pais e se debateu a questão sob o ponto de vista destes e não sob o ponto de vista das crianças à espera que o seu direito a uma família seja efetivado.

Apesar deste cenário social e profissional pouco favorável, os jornalistas de-



monstram em geral sensibilidade e interesse para ouvir as crianças, mas referem também inúmeros obstáculos para justificar a escassez de crianças e adolescentes como fontes de informação nas notícias.

Não se sentem preparados para entrevistar crianças e têm dúvidas sobre as circunstâncias em que podem e devem ouvi-las. Sentem-se aos mesmo tempo criticados por exibir as imagens e identidades das crianças e por não lhes dar voz. Afirmam também que as crianças são desvalorizadas como fontes porque não ocupam posições representativas na sociedade. Os jornalistas reclamam que as instituições – escolas, ONGs, centros de acolhimento, entre outros – dificultam o acesso às crianças e não incluem os pontos de vista destas nos seus relatórios.

Os entrevistados enfatizam ainda o alto investimento em tempo e recursos necessários para contatar as crianças e falam do desconforto em falar com elas sobre temas que possam ser considerados sensíveis ou impróprios. Neste sentido, afirmam que no cotidiano é mais fácil recorrer a testemunhos indiretos dos adultos responsáveis pelas crianças ou de especialistas (pediatras, psicólogos, sociólogos, pedagogos, etc). Em situações que consideram mais complexas, alguns afirmam que as crianças não compreendem o que está acontecendo e suas opiniões não são consideradas de forma prioritária. No entanto, outros ressaltam que os adultos que falam em nome das crianças não são donos das verdades destas e alertam que uma proteção excessiva impede as crianças de falar sobre os seus direitos e sentimentos.

## **Conclusões ou pequenos passos para a inclusão da voz de crianças nas notícias**

Como confrontar estes obstáculos apontados pelos jornalistas? Alguns caminhos podem ser encontrados com base no depoimento dos próprios entrevistados (especialmente os que trabalham em publicações ou suplementos destinadas ao público infanto-juvenil), nas boas práticas de alguns veículos de informação e nas sugestões de organizações de defesa dos direitos infantis.

A revista *Visão Júnior* (Portugal), por exemplo, criou um procedimento que ajuda a resolver em parte as dificuldades de acesso impostas por instituições responsáveis por crianças. No início do ano letivo, faz um acordo com uma ou mais escolas, apresenta-se à uma turma (ou mais) e pede autorização aos pais de alunos para realizar entrevistas ao longo dos próximos meses sobre temas variados a definir posteriormente.

A ideia é criar um compromisso que envolve a escola, os pais, os professores e os alunos. Os temas que vão gerar entrevistas são divulgados com alguns dias de antecedência para que a turma possa debater e para que as próprias crianças escolham quem vai conceder entrevista. É certo que esta proposta não resolve, em muitos

casos, a necessidade de fontes de informação que ilustrem os temas noticiados (os chamados personagens das notícias), mas aponta caminhos para minimizar o tempo gasto para chegar às crianças e às escolas, para promover uma certa representatividade das crianças entrevistadas (já que estas foram escolhidas por seus pares) e para incluir a voz das crianças numa perspectiva de análise das questões que lhes dizem respeito. Pode também ajudar a representar diferentes realidades se forem escolhidas escolas (públicas e privadas) que atendam a diversos níveis socioeconômicos.

Quando é dificultado o acesso às crianças por instituições que as acolhem, recomenda-se dar visibilidade ao problema, à semelhança do que fazem os meios de comunicação quando determinadas fontes de informação não foram encontradas ou quando não quiseram prestar declarações. Em casos excepcionais em que não é possível o contato direto com crianças institucionalizadas, pode-se solicitar a essas instituições que os pontos de vista das crianças sejam divulgados, sem identificá-las, em relatórios e outros documentos.

Outra iniciativa concretizável é a organização de concursos para crianças, que teriam como prêmio a oportunidade de escreverem ou postarem vídeos na página da Internet do veículo de comunicação. Este espaço não só publicitaria a voz das crianças, como poderia servir como fonte de informações sobre o universo infanto-juvenil.

Uma maior proximidade com o público jovem poderia também ser estimulada por meio de um conselho juvenil de leitores. Os jovens conselheiros, escolhidos em concurso público por tempo determinado, seriam consultores de temas infanto-juvenis e poderiam dar importantes *feedbacks* sobre as notícias publicadas em reuniões regulares com repórteres e editores.

Projetos editoriais especiais no Dia da Criança ou em outras datas comemorativas também são uma possibilidade para uma maior visibilidade do ponto de vista infantil. Uma primeira página especial do jornal elaborada por crianças selecionadas por concurso, um suplemento infantil inteiramente feito por crianças, crianças a escrever quais as notícias que elas gostariam de ler naquele dia... Estes são apenas alguns exemplos de projetos viáveis (já implementados pontualmente por alguns meios de comunicação referidos pelos jornalistas que entrevistamos) e que poderiam ser adaptados para a realidade de diversos meios de comunicação.

Sobre a falta de preparo para entrevistar crianças, apontamos diversas sugestões e orientações que podem facilitar o diálogo. A primeira recomendação é obter o consentimento informado por parte da criança e deixá-la à vontade.

Mostro sempre a revista, digo que é sobre um tema, que é uma conversa como eles têm com os pais, com os irmãos, com os amigos, que não me interessa que eles estejam a dar respostas que eu vou gostar, a única coisa que me interessa é que digam o que pensam, sentem e o que observam no dia-a-dia deles. Digo-lhes que são únicos no mundo e que só eles têm a resposta certa porque o que eu quero saber são as suas ideias e opiniões, então tudo o que me disserem está certo, não há respostas erradas (Jornalista/PT)

Para iniciar a entrevista sugere-se colocar uma questão aberta, que deixe a criança à vontade para explorar o tema. Tomando como mote a resposta da criança, segue-se com a entrevista.

A primeira pergunta que faço é perguntar: O que este tema te faz lembrar? Qual a primeira coisa que te vem à cabeça quando pensas nesse tema? (Jornalista/PT)

Recomenda-se aos jornalistas o máximo de atenção às possíveis consequências da entrevista para a criança. A organização *Save the Children* (1998), em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil) e com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Portugal), afirma que se deve preservar o anonimato em todos os casos de crianças em risco e quando a notícia puder causar constrangimentos ou prejuízos ao seu desenvolvimento. Esta medida é fundamental para respeitar os direitos infantis e para que o jornalista não seja alvo de críticas por exibir crianças em situações inapropriadas.

“As crianças são muito generosas a compartilhar informações, incluindo relatos que podem ser bastante íntimos e em muitos casos não tem consciência de que isso será divulgado publicamente”, alerta uma jornalista portuguesa. Para lidar com a situação, a jornalista costuma transformar respostas pessoais em questões mais gerais. Por exemplo, “quando namoramos, o que acontece?”.

Perguntar às próprias crianças como elas gostariam de ser referidas para evitar o uso de termos que possam causar estigmatização é outro princípio ético sugerido pelos jornalistas. Como uma criança que vive na rua ou que cometeu ato infracional gostaria de ser chamada? Termos como “menino de rua” ou “menor infrator” são considerados inapropriados por organizações que defendem direitos das crianças, mas como as próprias crianças que vivenciam essas situações gostariam de ser referidas no discurso noticioso?

Por último, a desconfiança de alguns jornalistas sobre a relevância de se ouvir crianças pode ser contraposta com uma lista de boas razões para se entrevistar crianças (SAVE THE CHILDREN, 1998):

- As crianças querem falar, têm coisas novas e interessantes para dizer e acrescentam novas perspectivas aos depoimentos dos adultos.
- Algumas questões afetam diretamente às crianças, mais do que aos adultos – como educação, lazer, abuso sexual infantil, maus-tratos – então é justo ouvi-las sobre esses temas como uma contribuição útil para o debate social.
- Ouvir crianças ajuda a um melhor conhecimento sobre estas, a diminuir barreiras entre adultos e crianças e ao mútuo entendimento. Também ajuda as crianças a desenvolverem sua auto-confiança e habilidade para falar.
- Crianças são consumidoras de mídia também e podem ser audiências mais frequentes porque gostam de saber sobre o que outras crianças pensam e sentem.

Ressaltamos que incluir as crianças como atores sociais no discurso noticioso é também contribuir para aprofundar a relação entre o jornalismo e a democracia, estimulando ao mesmo tempo uma aproximação entre o discurso noticioso e o universo infanto-juvenil. De forma complementar, é ainda fundamental para promover o direito das crianças, que representam 37% da população mundial, de participar na sociedade.

## Referências

ABRANTES, P. Alunos e educação na imprensa diária portuguesa. In: PONTE, Cristina (ed.). **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

ANDERSON, A. **Media, culture and the environment**. Londres: UCL, 1997.

ANDI. **Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira**. Relatório 2002/2003. Brasília: ANDI, 2003.

\_\_\_\_\_. **Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira**. Brasília: ANDI, 2005.

CARTER, C. Children and the news: rethinking citizenship in the twenty-first century. In: LEMISH, D. (Eds.). **The Routledge international handbook of children, adolescents, and media**. Routledge: London & New York, 2013.

COELHO, M. Z. Jovens no discurso da imprensa portuguesa: um estudo exploratório. **Análise Social**, Lisboa, n. 191, p. 361-377, 2009.

FREITAS, R. **O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica**. (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

GANS, H. **Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1979.

GITTINS, D. The historical construction of childhood. In: KEHILY, M. J. **Introduction to childhood studies**. Berkshire: Open University Press, 2007.

HARTLEY, J. Juvenation: News, Girl and Power. In CARTER, C.; BRANSTON, G. e ALLAN, S. **News, gender and power**. Londres: Routledge, 1998.

JOSEPH, A. Why children should be seen and heard – an Indian perspective. **Journal of Children and Media**, n. 1, v. 3, p. 289-293, 2007.

MANNING, P. **News and news sources – A critical introduction**. Londres: Sage, 2001.

MARÔPO, L. **A construção da agenda mediática da infância**. Lisboa: Livros Horizontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Jornalistas e fontes de informação: constrangimentos e oportunidades para o agendamento dos direitos das crianças em Portugal e no Brasil. **Estudos em Comunicação**, n. 9, p. 81-102, 2011.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos: In TRAQUINA, N. (ed.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

MONTEIRO, A. R. **A revolução dos direitos da criança**. Porto: Campo das Letras, 2002.

MORIGI, V. J.; ROSA, R.; MEURER, F. **Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas**. Curitiba: Champagnat, 2007.

MULEIRO, H. **Al margen de la agenda – Noticias, discriminación y exclusión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

PONTE, C. **Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)**. Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PONTE, C; AFONSO, B. Crianças e Jovens em Notícia – Análise da cobertura jornalística em 2005. In PONTE, C. (ed.). **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

PROUT, A; JAMES, A. A New paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, A; PROUT, A. (eds.). **Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood**. The Falmer Press: London, 1997.

ROSA, G. P. **A Quercus nas notícias – Consolidação de uma fonte não oficial nas notícias de ambiente**. Porto: Porto Editora, 2006.

SANTOS, R. **A fonte não quis revelar**. Porto: Campo das Letras, 2006.

SAVE THE CHILDREN. **Interviewing children – a guide for journalists and others**. Londres: Save the Children, 1998.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.